

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 30 de novembro de 2023 às 08h00
Seleção de Notícias

O Globo Online | BR

Direitos Autorais

Google começa a pagar por notícias on-line: entenda os acordos em Canadá, Austrália e União Europeia

ECONOMIA E NEGÓCIOS | ISSO

3

Blog do Ancelmo Gois - Globo Online | RJ

29 de novembro de 2023 | Marco regulatório | INPI

Nome de conhecida cachaça de Paraty é motivo para disputa judicial

BLOGS | FERNANDA PONTES

6

Google começa a pagar por notícias on-line: entenda os acordos em Canadá, Austrália e União Europeia

ECONOMIA E NEGÓCIOS



O Google, da Alphabet, fechou um acordo com o governo do primeiro-ministro canadense Justin Trudeau relativo à lei que exige que as big techs remunerem produtores de notícias por conteúdo veiculado em suas plataformas.

A companhia concordou em destinar US\$ 74 milhões (cerca de R\$ 360 milhões) em apoio financeiro anual, indexados à inflação, a uma ampla gama de empresas de notícias do país, de acordo com comunicado divulgado pela ministra do Patrimônio Canadense, Pascale St-Onge.

"Após semanas de discussões produtivas, tenho o prazer de anunciar que encontramos um caminho a seguir com o parâmetro para a implementação da Lei de Notícias On-line", afirmou a ministra. E ressaltou que "notícias e jornalismo servem para informar comunidades, estimular o engajamento cívico e combater o aumento da desinformação."

A Lei de Notícias On-line, também conhecida como Projeto de Lei C-18, tem por objetivo fazer com que (dona de Facebook, e WhatsApp), e outras redes sociais paguem editores locais para apresentar conteúdo de notícias por eles produzidos em suas pla-

taformas, em uma tentativa de impulsionar um setor que sofreu perdas maciças em receita de publicidade nas últimas décadas.

: No caso de um todo, nos últimos 15 anos, 500 veículos fecharam as portas. Notadamente aqueles de menor porte. A nova legislação foi aprovada pelo Parlamento canadense em junho. O governo, no entanto, está finalizando as regras para sua implementação. Elas devem ser divulgadas até 19 de dezembro.

Veja as fotos do estereótipo de cada país gerado pela inteligência artificial 1 de 30

Ucrânia - Foto: Reprodução/Twitter 2 de 30

Taiwan - Foto: Reprodução/Twitter X de 30 Publicidade 30 fotos 3 de 30

Irlanda - Foto: Reprodução/Twitter 4 de 30

Nigéria - Foto: Reprodução/Twitter X de 30 Publicidade 5 de 30

Geórgia - Foto: Reprodução/Twitter 6 de 30

Jamaica - Foto: Reprodução/Twitter X de 30 Publicidade 7 de 30

Islândia - Foto: Reprodução/Twitter 8 de 30

Japão - Foto: Reprodução/Twitter X de 30 Publicidade 9 de 30

França - Foto: Reprodução/Twitter 10 de 30

Egito - Foto: Reprodução/Twitter X de 30 Publicidade 11 de 30

Continuação: Google começa a pagar por notícias on-line: entenda os acordos em Canadá, Austrália e União Europeia

Coreia do Sul - Foto: Reprodução/Twitter 12 de 30

Colômbia - Foto: Reprodução/Twitter X de 30 Publicidade 13 de 30

Austrália - Foto: Reprodução/Twitter 14 de 30

Argentina - Foto: Reprodução/Twitter X de 30 Publicidade 15 de 30

Portugal - Foto: Reprodução/Twitter 16 de 30

Angola - Foto: Reprodução/Twitter X de 30 Publicidade 17 de 30

Tailândia - Foto: Reprodução/Twitter 18 de 30

Rússia - Foto: Reprodução/Twitter X de 30 Publicidade 19 de 30

Indonésia - Foto: Reprodução/Twitter 20 de 30

México - Foto: Reprodução/Twitter X de 30 Publicidade 21 de 30

Espanha - Foto: Reprodução/Twitter 22 de 30

Alemanha - Foto: Reprodução/Twitter X de 30 Publicidade 23 de 30

Cazaquistão - Foto: Reprodução/Twitter 24 de 30

Estados Unidos - Foto: Reprodução/Twitter X de 30 Publicidade 25 de 30

Arábia Saudita - Foto: Reprodução/Twitter 26 de 30

China - Foto: Reprodução/Twitter X de 30 Publicidade 27 de 30

Itália - Foto: Reprodução/Twitter 28 de 30

Índia - Foto: Reprodução/Twitter X de 30 Publicidade 29 de 30

África do Sul - Foto: Reprodução/Twitter 30 de 30

Brasil - Foto: Reprodução/Twitter X de 30 Publicidade Veja as fotos do estereótipo de cada país gerado pela inteligência artificial. As big techs, que resistem à regulação de suas operações em todo o mundo, anunciaram movimentos para derrubar a decisão do governo canadense. Desde agosto, os links de notícias do e do foram bloqueados, de forma a evitar a realização de pagamentos a produtores de notícias.

Já havia afirmado que bloquearia, a partir de dezembro, a veiculação de notícias em sua plataforma de buscas. Com a alegação de que a lei doera mais rigorosa que as legislações adotadas na União Europeia e na Austrália, a gigante de buscas argumentou que sua responsabilização seria potencialmente ilimitada.

O primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau, tomou por base para a legislação o Código de Negociação da Mídia australiano, que foi o pioneiro globalmente ao determinar que as gigantes de tecnologia tenham de remunerar produtores de conteúdos distribuídos em suas plataformas.

Em pouco mais de dois anos, a legislação australiana provou-se bem-sucedida, de acordo com especialistas.

Austrália aprovou uma das primeiras leis. Também na Austrália, restringiu temporariamente o acesso de seus usuários a notícias do país em 2021. A empresa chegou a bloquear, em suas redes sociais, notícias e alertas sobre queimadas, em plena temporada de incêndios. A Meta, no entanto, suspendeu a barreira de conteúdo depois de alguns ajustes tornarem a lei um pouco menos dura. Na ocasião, também ameaçou limitar seu mecanismo de buscas no país.

Continuação: Google começa a pagar por notícias on-line: entenda os acordos em Canadá, Austrália e União Europeia

A lei australiana prevê que as big techs acordem com produtores de conteúdo valores a serem pagos pela veiculação de notícias nas plataformas. Caso isso não ocorra, esses valores são arbitrados diretamente pelo órgão regulador.

Segundo Rod Sims, professor na Universidade Nacional da Austrália e ex-presidente da Comissão de Consumo e Concorrência do país, o fechou acordo com todos os veículos de comunicação australianos, e a Meta, com a maioria deles. Ao todo, essa indústria passou a receber cerca de 200 milhões de dólares australianos (cerca de US\$ 130 milhões) por ano, diz Sims.

União Europeia avançou com diretiva A União Europeia (UE), por sua vez, aprovou a Diretiva de **Direitos** Autorais em 2019, que inclui regras de proteção a conteúdo artístico e jornalístico. Houve o mesmo movimento de resistência por parte das big techs.

Em entrevista ao GLOBO no início deste mês, Angela Mills Wade, diretora executiva do Conselho Europeu de Editores, frisou que as gigantes de tecnologia têm bloqueado ou ameaçado bloquear conteúdos em todos os países em que legislações voltadas para regular essas empresas foram im-

plementadas. Na Espanha, por exemplo, oencerrou oNotícias, lembrou ela.

Marcos Sabino, sócio do Mannrich e Vasconcelos Advogados e professor do Ibmec, diz que a tendência é que, como ocorreu na Austrália e na UE, as big techs cedam à pressão regulatória e fechem acordos com produtores de conteúdo:

- Isso vai escalar a todos os países onde essas companhias operam e que sejam mais organizadas, com instituições e imprensa mais respeitadas. As plataformas resistem tentando provar sua tese de que beneficiam produtores de conteúdo com maior alcance. Por isso, restringem a veiculação.

O Brasil também discute uma lei para regulamentar o setor. (*Com Bloomberg News e agências internacionais)

Webstories

Nome de conhecida cachaça de Paraty é motivo para disputa judicial

BLOGS



No próximo dia 5 vai ter mais um capítulo de uma batalha judicial que envolve o nome de uma das cachaças mais premiadas de Paraty, a Maria Izabel. Dona do alambique Paratycana, Maria Izabel Gibraill Costa briga na Justiça para manter seu nome na bebida que é feita de forma artesanal e considerada uma iguaria na região.

Em 2013, o grupo pernambucano JCPM, dono de shoppings no Nordeste, tentou, junto ao **Inpi**, emplacar o nome Quinta Maria Izabel em um vinho produzido em Portugal. O registro foi vetado devido à semelhança entre os nomes. A partir daí começou um imbróglio na Justiça Federal. Agora será julgado um recurso de Dona Maria Izabel. A decisão agora ficará com a 14ª Câmara do Tribunal de Justiça do RJ.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3

Marco regulatório | INPI

6